

Aula 01- Controle de Convencionalidade como forma de garantir o direito de toda mulher a viver livre de violência – standards do SIDH

Tiago Pierobon¹

Direitos Humanos das Mulheres, Sistemas internacionais, universais e regionais de proteção à mulher. Sistema Interamericano, Sistema ONU, Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher -CEDAW, Recomendações Gerais nº 33 e 35 sobre o acesso das mulheres à Justiça, do Comitê CEDAW – ONU. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher – Convenção de Belém do Pará. Ius cogens. Controle de Convencionalidade. Standards da jurisprudência da Corte IDH. Condenações do Estado Brasileiro.

Aula 02 - Capilaridade do princípio constitucional da não-discriminação e o MP como defensor da ordem jurídica constitucional

Wallace Corbo²

Direito Antidiscriminatório. Discriminação Indireta. Interseccionalidade. Neutralidade. Multidisciplinariedade e a Lei Maria da Penha. Julgamento com perspectiva de gênero – protocolo CNJ. Imparcialidade. Violência de gênero. Violência institucional.

Aula 03 – A concretização do sistema internacional de proteção aos direitos humanos das na Lei Maria da Penha e na prática

¹ Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa (2015), com estágio de pesquisa de Pós-Doutorado em Criminologia pela Universidade Monash, em Melbourne, Austrália (2017), mediante bolsa de estudos de pós-doutorado pela Australian Awards Endeavour Fellowships. Mestre pela Universidade de Brasília (2006), Especialista em investigação criminal pela École Nationale de la Magistrature da França (2012 e 2013) e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (1999). É professor associado do programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, investigador integrado do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e membro do conselho consultivo do Gender and Family Violence Prevention Centre da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Monash. É Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher de Brasília, tendo servido de 2013 a 2017 como Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos do MPDFT. É professor no programa de pós-graduação da FESMPDFT, bem como perante diversas instituições públicas e privadas, atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direitos humanos, criminologia, controle externo da atividade policial, violência de gênero, racismo, crimes contra crianças e adolescentes, educação corporativa.

² Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi Visiting Researcher na Harvard Law School. Foi Professor Substituto de Direito Constitucional e Administrativo na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Advogado no escritório Galdino Coelho Advogados.

Alice Bianchini³

Princípios da Lei Maria da Penha. Violência doméstica: conceito, crimes, sujeito ativo, sujeito passivo (mulheres cis, lésbicas e trans), agravante genérica, contexto da violência, unidade doméstica, âmbito da família, relações de afeto. Ciclo da violência. Atribuição e competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Competência criminal e cível na Lei nº 11.340/06. Citação e notificação dos atos processuais no Juizado de Violência Doméstica e Familiar.

Aula 04 – Tipologia, novos crimes e a dogmática penal

Ana Lara Camargo de Castro⁴

Formas de violência contra a mulher. Novas tipologias e a Dogmática Penal à luz da diretriz axiológica constitucional de não discriminação contra mulheres. Violência doméstica psicológica, moral, sexual, patrimonial e física: conceito, tipos, crimes, ação penal, procedimento, provas, ciclo da violência. Dos crimes contra a liberdade pessoal no contexto de violência doméstica. Stalking – crime de perseguição. Pornografia de vingança.

Aula 05 – O novo tipo penal do feminicídio e a prova no processo

Rogério Sanches Cunha – Promotor de Justiça MPSP⁵

Feminicídio: conceito, tipos, procedimento, provas, crimes conexos. Crime de descumprimento de medida protetiva – Lei nº 13.641/18. Comunicação à vítima na

³ Doutora em Direito pela PUC/SP. Conselheira de Notório Saber do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas (ABMCJ). Coordenadora do Curso de Especialização Direito das Mulheres: teoria, prática e ação transformadora ([www.meucurso.com.br](<http://www.meucurso.com.br> "")), juntamente com Silvia Pimentel. Autora, dentre outros, dos seguintes livros, em coautoria: Crimes contra mulheres, Juspodvum, 6ª edição, 2024; Feminismo(s), Matrioska, 2ª edição, 2024; Crimes contra Crianças e Adolescentes, Juspodvum, 2ª edição, 2024 e Manual de Direito Eleitoral e Gênero, Juspodvum, 2024. Entre 1997 a 2000 foi professora da Faculdade de Direito da USP. Nos anos de 2003 a 2014 exerceu a Coordenação-Geral dos Cursos de Especialização da Rede de Ensino LFG. Foi Conselheira Federal da OAB por SP e Vice-Presidenta da Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA), ambos entre 2019-2021.

⁴ Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO). *Master of Laws* em Criminal Law, com honras, pela *State University of New York*. Especialista em Psicopatologia e Saúde Mental pela Unesc. Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Direitos Humanos pela Fundação Escola do MPMG. Licenciada em Ciências Sociais e História. Formada em Psicanálise Clínica. Autora dos livros: Plea Bargain – Resolução Penal Pactuada nos Estados Unidos; Stalking e Cyberstalking; Exposição Pornográfica Não Consentida na Virtualidade; e Perversão, Pornografia e Sexualidade.

⁵ Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (PUCCampinas). Professor da Escola Superior do Ministério Público dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. Professor de Penal e Processo Penal do Curso RSOnline. Fundador do site [<http://www.meusitejuridico.com.br>](<http://www.meusitejuridico.com.br> "smartCard-inline"). Cofundador e coordenador pedagógico do JUSPLAY. Autor de obras jurídicas.

execução penal (progressão de regime, saída temporária, monitoramento eletrônico, livramento condicional). Provas da violência doméstica: meios de prova, provas digitais, valoração, admissibilidade, princípios. Medidas cautelares. MPU. Busca e apreensão. Prisão. Acolhimento à vítima.

Aula 06 - Medidas Protetivas salvam vidas. Tipos e Avaliação de Risco

Ivana Machado Battaglin⁶

Medida Protetiva de Urgência: natureza jurídica, atribuição, competência, procedimentos, tipos, prazos, renovação, revogação, recursos cabíveis. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor. Medidas protetivas de urgência à ofendida. Medidas atípicas. Avaliação de risco. Palavra da vítima. Formulário Nacional de Risco – Lei nº 14.149/21. Rede de enfrentamento à violência doméstica. Medidas Protetivas e plantão judiciário. Medidas de Assistência à mulher na Lei nº 11.340/06.

⁶ Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1994). Promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul desde 1998, atuando, ao longo da carreira, em Promotorias de Justiça com atribuição nas áreas Criminal, Direitos Humanos e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Membro da COPEVID/GNDH - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Unirriter. Pesquisadora e palestrante no tema da violência de gênero. Autora do Projeto "Fale com Elas".